

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.447.834 - MG (2019/0037243-3)**

**RELATOR** : **MINISTRO RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA**  
**AGRAVANTE** : BRUNO ABELARDO DEBS  
**ADVOGADOS** : SARAH DE OLIVEIRA PEREZ E OUTRO(S) - MG097883  
DIOGO AUGUSTO DEBS HEMMER - MG126187  
BRUNO QUEIROZ DE VASCONCELOS FINOTTI - MG175886  
WHELLITON RIBEIRO - MG064732N  
**AGRAVADO** : PATIO UBERLANDIA SHOPPING LTDA  
**ADVOGADO** : MARCUS VINICIUS DE CARVALHO REZENDE REIS E OUTRO(S) -  
MG001623A

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por BRUNO ABELARDO DEBS contra decisão que inadmitiu recurso especial. O apelo extremo, com fundamento no artigo 105, III, "c", da Constituição Federal, insurge-se contra acórdão assim ementado:

*"DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL NA APELAÇÃO. PROVA DO PREPARO DO RECURSO. PROVIMENTO CONJUNTO Nº 15/2010/TJMG COM REDAÇÃO DADA PELO PROVIMENTO CONJUNTO Nº 30/2014/TJMG. EXIGÊNCIA DA AUTENTICAÇÃO OU COMPROVANTE ORIGINAL DO PAGAMENTO. NÃO APRESENTAÇÃO PELO RECORRENTE. DESERÇÃO RECONHECIDA. DECISÃO MONOCRÁTICA MANTIDA.*

*1. Nos termos do artigo 1.007 do CPC, é ônus do recorrente comprovar o preparo recursal.*

*2. A prova do preparo, no âmbito do TJMG, é regulamentada pelo artigo 2º-A, § 1º do Provimento Conjunto nº 15/2010, com a redação dada pelo Provimento Conjunto nº 30/2014, ou seja: '§ 1º - A autenticação na guia ou o comprovante emitido pelo guichê de caixa deverão ser originais, não valendo quando apresentados por cópia reprográfica ou segunda via do comprovante.'.*

*3. Não cabe valorar - positiva ou negativamente - a exigência de tal formalidade, uma vez que ao julgador cumpre tão somente cumprir a norma, não sendo possível interpretação onde o a regra não admite margem para tanto, e menos ainda ignorar por completo a forma do ato exigida indistintamente de todos recorrentes, em geral. 3. Hipótese em que o ora agravante não cumpriu o determinado por decisão anterior, i.e., não providenciou o comprovante original do recolhimento do preparo, mesmo instado a fazê-lo, pelo que inarredável a deserção reconhecida pela r. decisão singular" (fl. 275, e-STJ).*

No recurso especial, o recorrente alega aponta dissídio jurisprudencial quanto à interpretação do art. 1.007 do Código de Processo Civil de 2015.

Não admitido o recurso na origem, vieram os autos conclusos a esta relatoria.

Contraminuta às fls. 377-385 (e-STJ).

É o relatório.

**DECIDO.**

O acórdão impugnado pelo presente recurso especial foi publicado na vigência

do Código de Processo Civil de 2015 (Enunciados Administrativos nºs 2 e 3/STJ).

O recurso merece prosperar.

De fato, esta Corte entende que *"Não enseja deserção a juntada da cópia do pagamento das guias que comprovam o recolhimento dos componentes do preparo, desde que seja possível evidenciar as informações necessárias à identificação do pagamento. Precedentes: AgRg no REsp 1.474.725/GO, Rel. Ministro Mauro Campbell Marques, segunda turma, julgado em 11/11/2014, DJe 18/11/2014; REsp 1.428.160/MA, Rel. Ministra Nancy Andrighi, Terceira Turma, DJe 31/3/2014; AgRg no AREsp 152.585/ES, Rel. Ministro João Otávio de Noronha, Terceira Turma, DJe 16/9/2013"* (AgRg no REsp nº 1.572.683/GO, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 1º/3/2016, DJe 19/5/2016)

Nesse sentido ainda:

*"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. COMPROVAÇÃO DO PREPARO. CÓPIA DAS GUIAS DE RECOLHIMENTO COM TODOS OS ELEMENTOS DE IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO. EXCESSO DE FORMALISMO. DESERÇÃO AFASTADA. INOVAÇÃO RECURSAL. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO INTERNO NÃO PROVIDO.*

*1. A exigência de juntada dos comprovantes de pagamento originais não consta no art. 511 do CPC/73, de modo que obstar o prosseguimento do recurso por deserção configura excesso de formalismo. Precedentes.*

*2. Na hipótese dos autos, a parte juntou cópia das guias de recolhimento devidamente preenchidas, constando corretamente os códigos do recolhimento e o número do processo a que se referem.*

*3. Agravo interno a que se nega provimento"* (AgInt no AREsp 527.539/MG, Rel. Ministro RAUL ARAÚJO, QUARTA TURMA, julgado em 19/2/2019, DJe 1º/3/2019).

Ante o exposto, conheço do agravo para dar provimento ao recurso especial a fim de afastar a pena de deserção, devendo os autos retornarem à instância de origem para normal prosseguimento do feito, como entender de direito.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de março de 2019.

Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA  
Relator